

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS

**Elionete de Castro Garzoni – Universidade de Franca/UNIFRAN –
Universidade Estadual de Roraima/UERR
elionete.garzoni@yahoo.com.br**

RESUMO

O presente artigo busca apontar, dentre ações de conservação ambientais promovidas por determinada Organização Não Governamental no estado de Mato Grosso do Sul, quais aquelas que contêm viés geopolítico, a partir da geração de territorialidades no espaço geográfico. Para tanto parte da análise documental do projeto escrito, buscando mensurar eventuais ações que impliquem, necessariamente, em exercícios de poder no espaço geográfico, territorializando determinadas porções das áreas em estudo a partir da ideologia conservacionista. Como resultado percebeu-se que à medida que o projeto de conservação era implementado, muitas foram as áreas passíveis de intervenção, tanto geográfica como de recenciamento e estruturação de bancos de dados, culminando diferentes formas de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Organização não governamental, conservação ambiental, geopolítica.

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Um fator que aparentemente tem contribuído com a conservação da natureza no planeta é a atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) de caráter ambientalista. Para Scherer-Warren (1998, p. 165) as ONGs configuram “organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários”, e que atuam em diversas frentes – que vão desde o assistencialismo até a defesa dos direitos humanos, perpassando, obviamente, pela a conservação da natureza – buscando, em tese, o empoderamento de determinadas populações ou segmentos da sociedade, que visam culminar com uma transformação social em diferentes níveis.

A partir desta afirmação, muitos autores entendem que as ONGs exercem um papel ambíguo na sociedade, uma vez que podem representar diferentes interesses, inclusive visando a manutenção ou otimização do sistema econômico.

De início essas organizações não-governamentais se legitimavam com o argumento de que suas ações se faziam por uma razão humanitária e em situações que se colocavam no limite da convivência entre os Estados Territoriais Nacionais, como em situação de guerra ou, ainda, em situação de calamidades (Médicos Sem Fronteira e Cruz Vermelha Internacional). Assim, o direito à vida, no seu sentido mais elementar, isto é, biológico, era ressaltado. [...] A partir dos anos 70 e, sobretudo, dos anos 80 essas entidades não-governamentais explodem em todo o mundo impulsionadas por várias razões [...] O apelo freqüente (sic) ao uso racional dos recursos naturais, por exemplo, é um forte indicativo de onde esse segmento conforma seu discurso (GONÇALVES, 2001).

Gonçales (2006) entende que a organização estratégica do Terceiro Setor – diferente do Estado e do mercado – pretende interferir na estrutura social vigente, sob a justificativa de estar representando os interesses da sociedade civil. Para o autor, a crise da democracia dos Estados-nação proporciona uma condição favorável à articulação das organizações da sociedade civil, que intentam alternativas em relação às atuais estruturas, quer sejam produtivas, quer sejam sociais.

Apesar de Gonçalves (2001) concordar que o advento do neoliberalismo coloca o Estado numa condição de atuação restrita, fazendo crescer o papel de entidades não governamentais que, o autor questiona o papel das ONGs, e propõe que a existência das mesmas seria “mais a expressão da fragilidade da sociedade civil do que de sua força”. Gonçalves (2001) alega ainda que, apesar de regulamentadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), elas comprometem a legitimidade da sociedade, uma vez que não têm força política para representá-la, além de consumir, com estratégias de solidariedade, as energias que antes serviriam à atuação política.

Para Raffestin (1993), à medida que as organizações passam a transformar a realidade, estão se apropriando do trabalho do homem, e subtraindo-o de sua capacidade original de transformação, o que culmina em alienação. Em contrapartida, Gonçalves (2006) acredita que o movimento das ONGs confere (ou pode conferir) empoderamento aos indivíduos perante a estrutura atual, uma vez que propõem novas conformações políticas, sociais, econômicas e culturais, que visam a horizontalidade das relações, bem como sua descentralização e, por conseguinte, uma condição mais democrática.

Isso corresponderia, conforme Raffestin (1993, p. 57), ha uma “retomada do controle de seu poder original” do homem, já que, para o autor, “perder e reencontrar a capacidade de transformação induz todas as relações humanas, pois constitui num processo dialético”.

Raffestin (1993, p. 152) recorda ainda que a produção territorial se dá por diferentes instâncias, “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes”, já que nelas encontram-se os “atores sintagmáticos que “produzem” o território”. Para o autor, “qualquer organização é caracterizada por seres e coisas, seja porque os possui, os controla ou os domina. Em consequência, em toda relação a organização os coloca total ou parcialmente em jogo”.Essa condição intrínseca às relações de poder é percebida pela suposição de Leff (2001, p. 278), no que se refere à conservação ambiental:

Certamente as estratégias de apropriação das empresas transnacionais estão avançando mais rapidamente do que as estratégias de proteção dos países e das comunidades do Terceiro Mundo.

No caso específico da América Latina, o enfoque das ONGs incide, de modo geral, na defesa da cidadania, tratando principalmente da pobreza e desigualdades, das questões de raça e gênero, do amparo à violência, das carências coletivas, como saúde, moradia e transporte, e da destruição ambiental, a partir de matrizes ideológicas que Scherer-Warren (1998) classifica como: neomarxista, neo-anarquista, Teologia da Libertação, e articulista.

Tanto Gonçalves (2001) como Gonçalves (2006) tratam ainda da abrangência das ONGs que, normalmente organizadas em redes, estendem suas identidades

para além do lugar de sua instalação, podendo manifestar-se tanto em pontos específicos do território, como em várias regiões do país, ou ainda em escala planetária. Scherer-Warren (1998, p. 175) também trata da articulação em redes das ONGs:

O que pode ser entendido por orientação articulista é a possibilidade de as ONGs participarem de um movimento social sob a forma de rede. Isto é, sem abdicar de seu papel histórico [...], a ONG, por meio de um novo princípio do pluralismo possível e da diversidade desejável, conjuga-se a outras forças sociais [...] na construção de um movimento social mais amplo, que possa visar transformações no âmbito local, regional, nacional e às vezes transnacional.

Apesar da exposição de tais fatos, é sabido que não basta que existam as leis, nem os processos de fiscalização que garantam seu cumprimento, se não houver cidadãos dispostos a praticá-las, tampouco ONGs enquanto estruturas meramente jurídicas, sem equipes efetivamente comprometidas, o que depende novamente, da postura individual (e/ou coletiva) dos seres humanos que a compõem.

ONG E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA – PROJETO CORREDOR DE BIODIVERSIDADE

A ONG analisada nesta pesquisa é uma organização não governamental, registrada como instituição sem fins lucrativos, e criada em 1993 com a vocação de dedicar-se à conservação da natureza, tendo como missão: “Promover e praticar a conservação da natureza”. Muitos são os projetos coordenados e executados pela ONG no interior do estado de Mato Grosso do Sul, sendo que, na maioria deles, a organização atua a partir de recursos externos, advindos órgãos de fomento e financiamento a projetos de conservação ambiental.

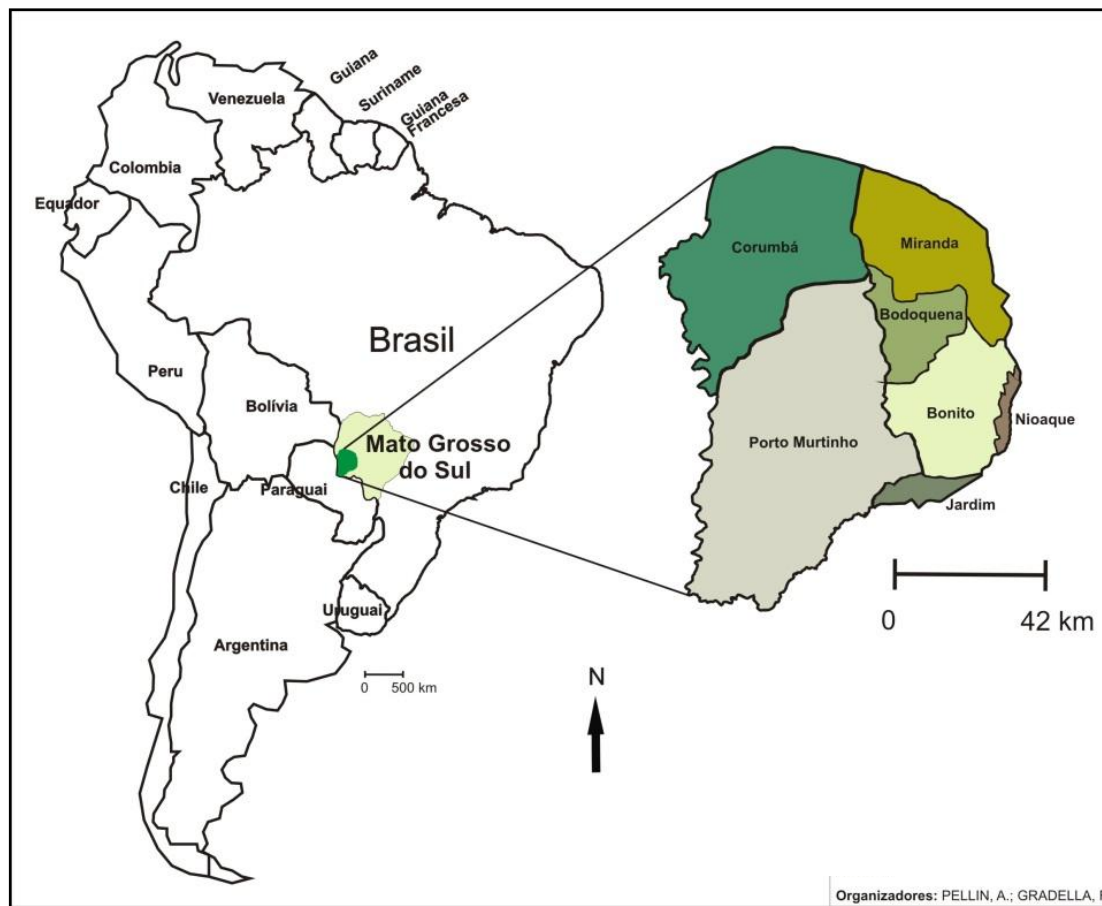
Essa condição de trabalho da referida ONG, doravante denominada INSTITUIÇÃO, no que diz respeito aos financiadores, remete ao que Scherer-Warren (1998) comenta sobre a funcionalidade das ONGs, quando, normalmente as

organizações do hemisfério norte são as agências financiadoras de ações e projetos nas/das ONGs do hemisfério sul, mantendo sua estrutura mínima de funcionamento e sua manutenção, sob diferentes orientações políticas, a saber: assistencialista, desenvolvimentista, democratizante, e neoliberal. Dessa forma, o quadro de profissionais é normalmente mínimo, as tarefas específicas de cada projeto normalmente exigem a contratação de consultores das áreas a serem trabalhadas, e sempre há a presença de voluntários atuando em várias frentes.

De parceria entre a INSTITUIÇÃO, com atuação em âmbito local, e uma importante ONG conservacionista internacional teve início a implementação de ações no eixo Bodoquena–Miranda do Corredor Pantanal-Cerrado. Dessa forma, a partir de novembro de 2003, teve início o Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena – CBMSB (SEIXAS, 2005), que igualmente é financiado por recursos estrangeiros¹ (**Figura 1**).

Figura 1 - Mapa localizando o CBMSB na América do Sul, Brasil e Estado de Mato Grosso do Sul, apresentando seus limites e os municípios que o compõe.

¹A organização internacional recebe recursos de diferentes instituições estrangeiras e os repassa para a INSTITUIÇÃO que executa o Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena em território nacional brasileiro.



Fonte: GARZONI & PELLIN, 2007.

Para sua execução, o projeto foi dividido em fases de implantação, as quais se estruturaram em diferentes frentes de atuação. A Fase I, intitulada Características e Oportunidades e realizada entre março de 2004 e março de 2005, tinha como missão realizar: a) levantamento bibliográfico sobre pesquisas realizadas na área; b) levantamento da riqueza biológica (fauna e flora); c) levantamento de dados para caracterização socioeconômica dos municípios envolvidos; d) Programa de incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs; e) Criação de banco de dados georreferenciado do CBMSB e capacitação em Sistema de Informações Geográficas – SIG de técnicos dos municípios envolvidos. Tais ações culminaram na consolidação do documento “Plano de conservação e implementação do Corredor Bodoquena – Miranda: uma análise integrada”, que contém as ações prioritárias para a implementação do CBMSB.

A Fase II – Ações Prioritárias do Plano de Conservação e Implementação, aconteceu de agosto de 2005 a agosto de 2006 e seus principais objetivos foram: a)

ampliação do conhecimento sobre a Biodiversidade e Sócio economia; b) incentivo à conservação da natureza em áreas naturais públicas e privadas; c) incentivo à gestão ambiental nos municípios do Corredor; e d) divulgação das ações do Projeto e mobilização da sociedade para conservação da natureza.

A partir dos resultados obtidos nas fases anteriores, especialmente a Fase II, foram constituídas as ações para o ano seguinte (2007) quando se desenvolveu a Fase III, assim estabelecida: a) incentivar a gestão ambiental nos municípios do Corredor; b) incentivar ações de conservação em áreas naturais públicas e privadas; c) divulgar as ações do projeto e mobilizar a sociedade para a conservação da natureza. Percebe-se, portanto, que os três objetivos se mantêm da Fase II para a Fase III, visando agregar valor aos levantamentos já efetuados no período anterior.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apesar de aparentemente todas as ações executada pela INSTITUIÇÃO agregarem valor na consolidação de dados sobre a biodiversidade local e mobilização dos sujeitos sociais, o objetivo da presente pesquisa é identificar as manifestações de territorialidade exercidas pelas ações do projeto na área do CBMSB. Ou, em outras palavras, qual o domínio ou controle que a INSTITUIÇÃO ou a ONG internacional passariam a exercer – ou ter capacidade para exercer – sobre a região a partir dos dados levantados.

Para tanto foi realizada uma pesquisa documental que, conforme Marconi & Lakatos (2009, p. 48-49), procura informações nas denominadas “fontes primárias”, que podem variar quanto ao formato e ao tempo histórico, e intentam apontar relevantes dados encontrados nos mencionados documentos, conforme o tema abordado.

No presente caso se buscou, a partir dos apontamentos das ações nas Fases II e III identificar aqueles que geravam espacialidade – e, por conseguinte alterações no território – bem como aqueles que configuraram ‘recenseamento’, sendo que estes últimos foram analisados sob as proposituras de Raffestin (1993, p. 68), que afirma que “o recenseamento é um saber, portanto um poder”, fazendo um

importante alerta do ponto de vista político, sobre a população, o que tem relação direta com a ação de “levantamento sócio-econômico”:

O recenseamento permite conhecer a extensão de um recurso (que implica também um custo), no caso a população. Nessa relação que é o recenseamento, por meio da imagem do número o Estado ou qualquer tipo de organização procura aumentar sua informação sobre um grupo e, por conseqüência, seu domínio sobre ele (RAFFESTIN, 1993, p. 67) (grifo nosso).

Assim, à medida que a organização que realiza o recenseamento tem uma “representação da população”, ela possui mecanismos “para permitir uma intervenção que busca a eficácia” (RAFFESTIN, 1993, p. 67). Em outras palavras, mesmo ações que não gerariam espacializações – manifestações de territorialidade – de forma direta, haveriam de constituir “trunfos” de poder à INSTITUIÇÃO ou à ONG internacional, no acesso e controle de bancos de dados sobre a biodiversidade local.

Manifestações de Territorialidade como estratégias de poder e geopolítica

Raffestin (1993, p. 53) afirma que “o poder se manifesta por ocasião da relação”. Dessa forma, são os confrontos que surgem a partir das trocas ou da comunicação, que compõem o que o autor chama de “campo do poder”, cuja função seria organizar as conformações delas derivadas. E, para Costa (1992), é exatamente esse ‘campo de poder’ e as estratégias dele derivada que consiste o mote dos estudos da geopolítica:

[...] à geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que esta última estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim mais interdisciplinar e utilitarista [...] (COSTA, 1992, p. 16) (grifos nossos).

Dessa forma, o Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena entendido como um campo de poder denota várias dessas conformações geopolíticas, bem como diferentes sistemas de trocas e comunicações entre as muitas instâncias que o constituem.

Nesse sentido, entende-se que os objetivos da INSTITUIÇÃO proponente, que constam em seu projeto escrito, representam a ‘intenção’ das pessoas jurídicas envolvidas (INSTITUIÇÃO e ONG internacional), as quais, direta e integralmente atreladas às demais manifestações de poder existentes na área – poder público municipal, estadual e federal, sujeitos sociais, iniciativa privada, sociedade civil organizada, organizações do terceiro setor, entre outros – apontam suas necessidades ideológicas, quer em consonância, quer em detrimento das necessidades das demais.

Todavia, além do poder exercido no campo das relações, há também aquele que “diz respeito ao conjunto das relações mantidas com o território”(RAFFESTIN, 1993, p. 149), ou seja, a territorialidade, que o autor trata da forma que segue:

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Assim, à medida que as ações propostas pela INSTITUIÇÃO exercem poder na região do CBMSB, deriva das mesmas uma relação com o espaço que ocupam, quando empregam meios para manifestar materialmente seu poder, externando-o aos olhos das demais instâncias do poder local, constituindo um campo de forças geopolíticas que visa o estabelecimento de estratégias de controle do território.

Considerando tratar-se de projeto financiado com recursos estrangeiros, faz-se necessário, antes da destinação da verba, que a (s) instituição (ões) financiadora (s) aprove (m) o projeto elaborado pela INSTITUIÇÃO e, conseqüentemente, pela instituição coordenadora (ONG internacional). Esse trâmite ocorre periodicamente, ao final de cada uma das fases de implantação, quando relatórios das atividades são postos à apreciação da ONG internacional e eventuais financiadores. Dessa forma,

tudo que consta oficialmente no que diz respeito ao projeto fase a fase, já foi objeto de aprovação de quem despende recursos para sua realização.

No tocante à conservação ambiental, um Corredor de Biodiversidade tem como objetivo compor um sistema de paisagens regional, considerando os diferentes usos da terra, com vistas à conservação da biodiversidade ali encerrada, que têm por objetivo, além da interconexão das áreas protegidas, o “estabelecimento de redes de paisagens sustentáveis ao longo da região” (GALINDO-LEAL, 2003 e RAMBALDI & OLIVEIRA, 2003 *apud* TABARELLI *et al.*, 2005). Na definição de Cavalcanti (2006, p. 349) tem-se que:

Os corredores de biodiversidade são grandes polígonos contíguos de escala regional, que incluem ecossistemas e espécies prioritárias para conservação de determinado bioma e onde áreas protegidas estão conectadas entre si na matriz da paisagem. A definição dos limites dos corredores é dada por critérios de inclusão de biodiversidade e pela eficácia do desenho do corredor como unidade de planejamento da paisagem.

Cabe ressaltar aqui a relevância da apropriação do espaço que isso requer, pois trata-se do estabelecimento de uma área, cujos limites visam à conservação ambiental. Na linguagem geográfica, a noção de limite está intrinsecamente ligada à categoria de território; esta, somada ao viés político que subsidia a proposta, culmina na constituição de territórios para determinado tipo de conservação ambiental onde se exerce específica relação geopolítica.

Tal condição remete à fala de Raffestin (1993, p. 166) quando alerta para o fato de que: “a fronteira é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia”, ou seja, à medida que o Corredor de Biodiversidade efetivamente se implanta, está representando a intenção de uma de suas instâncias, neste caso, as organizações envolvidas, em especial a ONG internacional.

Assim, pois, o limite ou a fronteira não decorrem somente do espaço, mas também do tempo. De fato, a quadrícula não é exclusivamente territorial, é também temporal, pois as atividades que são regulamentadas, organizadas e controladas

se exprimem de uma só vez, no espaço e no tempo, num local e num momento dados, sobre certa (sic) extensão e por certa duração (RAFFESTIN, 1993, p. 168-169).

Tem-se, então, que o reconhecimento à existência de um Corredor de Biodiversidade será estabelecido à medida de sua instituição temporal-territorial, quando se pretende que os sujeitos locais o reconheçam e se reconheçam nele, quer pelas políticas municipais incentivadas à sua criação, quer pelas alterações por ele propostas ao processo de ocupação do território ou das conformações dele derivadas. É justamente neste “reconhecimento” que reside um dos grandes desafios do projeto quando, para comunicar efetivamente sua intenção, carece da admissão das demais instâncias de poder local, à consolidação de sua existência².

Para tanto, é necessário grande poder de persuasão por parte da INSTITUIÇÃO para fazer consolidar sua meta, especialmente porque ela chega como uma ‘forasteira’ no território alheio, necessitando envolver e estabelecer aliados, o que implica diretamente na disputa de poder entre diferentes atores que passam a ocupar um mesmo território.

Como parte de suas estratégias, a INSTITUIÇÃO realiza diversas ações que inferem em diferentes níveis, todas demais instâncias, buscando seu envolvimento. E, se considerarmos, conforme Raffestin (1993), que a territorialidade é manifesta quando das relações de troca e consumo com o território, a primeira análise de tais ações buscou identificar aquelas que, necessariamente, implicam espacialização para sua ocorrência.

Dessa forma, o **Quadro 1** apresenta todas as Linhas de Ação constantes no projeto da Fase II, identificando quais delas geravam espacialização no território do CBMSB. Assim, a Fase II, que era composta por quatro objetivos e 13 ações, possuía, preliminarmente, cinco ações que inevitavelmente gerariam espacialização de seu poder no território.

² Já que o Corredor de Biodiversidade não é estabelecido por um mecanismo legal, como, por exemplo, uma Unidade de Conservação.

Quadro 1 – Ações da Fase II do Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena

RA ESPACIALIZAÇÃO?	GE	LINHAS DE AÇÃO DA FASE II
		I) Ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade e sócio economia
N		a) Concentrar esforços para levantamento da biodiversidade de fauna e flora
N		b) Realizar levantamento socioeconômico
N		c) Incrementar o Banco de Dados do Projeto
		II) Fomentar ações locais para a gestão ambiental nos municípios do corredor
N		a) Incentivar a aplicação de instrumentos de descentralização e gestão ambiental nos municípios integrantes do Corredor
SIM		b) Implantar e acompanhar Núcleos de Educação Ambiental nos municípios
SIM		c) Implantar e acompanhar Núcleos de Geoprocessamento nos municípios
N		d) Capacitar os técnicos locais em estratégias de comunicação
		III) Incentivar ações de conservação em áreas naturais públicas e privadas
N		a) Apoiar a elaboração do plano de manejo do PARNA da Serra da Bodoquena
SIM		b) Incentivar a criação de uma Unidade de Conservação no Pantanal do Nabileque
SIM		c) Incentivar a criação de áreas protegidas públicas municipais
SIM		d) Incentivar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural
		IV) Divulgar a estratégia dos Corredores de Biodiversidade e sensibilizar a sociedade para a efetiva participação nas ações do Projeto na região
N		a) Divulgar resultados da Fase I do projeto e ações da Fase II junto ao público-alvo e comunidade geral
N		b) Facilitar o acesso a pesquisas ou relatórios técnicos de instituições governamentais e não governamentais na área do corredor Bodoquena-Miranda

Fonte: Análise documental (2009).

Contudo, independente da ação gerar espacialização ou não, é interessante citar aquelas que denotam grande poder da INSTITUIÇÃO no território do CBMSB, mesmo sem uma manifestação direta de territorialidade, como é o caso do objetivo

“I) Ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade e sócio-economia”, com suas ações referentes ao “levantamento da biodiversidade”, “levantamento sócio-econômico”, e “Incrementar o Banco de Dados do Projeto”, que reportam à já discutida questão do ‘recenseamento’ (RAFFESTIN, 1993).

Além do recenseamento, há outra ação que igualmente chama atenção quanto à sua “periculosidade”, que seria a “c) Implantar e acompanhar Núcleos de Geoprocessamento nos municípios do Corredor”, quando técnicos dos municípios envolvidos receberam um curso de capacitação em Geoprocessamento e o Poder Público local um microcomputador com compatibilidade para atender à demanda da produção das cartas geográficas.

Em princípio tal ação pode não remeter a qualquer implicação negativa, contudo, se for considerado que a Geografia enquanto ciência tem a missão de geografiar a Terra, ou seja, produzir as representações gráficas do meio natural, quando se verifica nova manifestação de poder por parte da INSTITUIÇÃO, já que, ‘mapear’ os chamados recursos naturais de uma região, por exemplo, é um ato que nutre o poder de quem está no comando, ampliando suas estratégias de dominação.

O mapa é o instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar a fronteira. A passagem de uma etapa à outra se traduz por um acréscimo de informação, mas também por um custo de energia. No fundo, trata-se da passagem de uma representação “vaga” para uma representação “clara”, inscrita no território (RAFFESTIN, 1993, p. 167) (grifo nosso).

Além disso, esta ação pode ter entendida como uma persuasão por parte da INSTITUIÇÃO ao Poder Público dos municípios envolvidos, que aparentemente ‘ganham’ com a proposta, como forma de tê-lo como aliado às suas intenções. Retorna-se aqui à questão geopolítica e sua vinculação às questões geográficas, a partir da propositura de Silva (1981, *apud* FERREIRA, 2005) que entende que a geopolítica:

[...] nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação política, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos,

em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e de posição.

Quanto às ações que necessariamente geram espacialização, cabe ressaltar aquelas que visam o incentivo às ações de conservação em áreas naturais públicas e privadas, as quais constituem largamente a manifestação de territorialidade da INSTITUIÇÃO, afinal, qualquer seja o tipo de unidade de conservação estabelecida nos municípios são grafadas com a ‘marca’ do Projeto Corredor de Biodiversidade, tanto perante as demais instâncias e aos sujeitos locais, como perante os financiadores estrangeiros, pois constam em relatórios como objetivos alcançados ou cumpridos. Ações como essas permanecem como meta na fase seguinte do Projeto, como pode ser observado no **Quadro 2**, quando, apesar de terem diminuídas as ações atreladas diretamente à espacialização, a criação de unidades de conservação continua presente.

Quadro 2 – Ações da Fase III do Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena

GE RA ESPACIALI- ZAÇÃO?	LINHAS DE AÇÃO DA FASE III
	I) Incentivar a Gestão Ambiental nos Municípios do Corredor
N	a) Incentivar a implantação e implementação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente nos municípios do Corredor
N	b) Incentivar a elaboração e divulgação da legislação ambiental municipal no Corredor
N	c) Divulgar o Programa Estadual de ICMS ecológico nos municípios do Corredor
N	d) Apoiar a implantação dos Planos de Ação em Educação Ambiental dos municípios do Corredor
N	e) Oferecer uma capacitação em elaboração de Projetos em Meio Ambiente para os participantes dos grupos de Educação Ambiental e outros técnicos dos municípios
	II) Incentivar ações de conservação em áreas naturais públicas e privadas
N	a) Apoiar a criação do Conselho Consultivo do PARNA da Serra da Bodoquena
SIM	b) Incentivar a criação de áreas protegidas privadas e públicas municipais
SIM	c) Incentivar a aplicação de melhores práticas para a conservação em propriedades rurais

	III) Divulgar as ações do projeto e mobilizar a sociedade para a conservação da natureza
N	a) Divulgar as ações do projeto e outros temas de interesse em meio ambiente
	b) Participar de eventos na região divulgando o projeto e conceitos de conservação da natureza
N	c) Alimentar o Banco de Dados do CBMSB e facilitar o acesso a pesquisas e relatórios técnicos de instituições governamentais e não governamentais
N	d) Elaborar uma publicação sobre o Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena

Fonte: Análise documental (2009).

Todavia, considerando que algumas manifestações de poder estão restritas à determinadas instâncias, cabe inferir que, na mesma proporção, há resistência a este poder. Essa reflexão leva a uma analogia das relações existentes na INSTITUIÇÃO com o gráfico elaborado por Raffestin (1993) para tratar das hierarquias existentes no processo de recenseamento. Nesse gráfico, o autor atribui a cada nível da figura a representação de uma hierarquia, a saber:

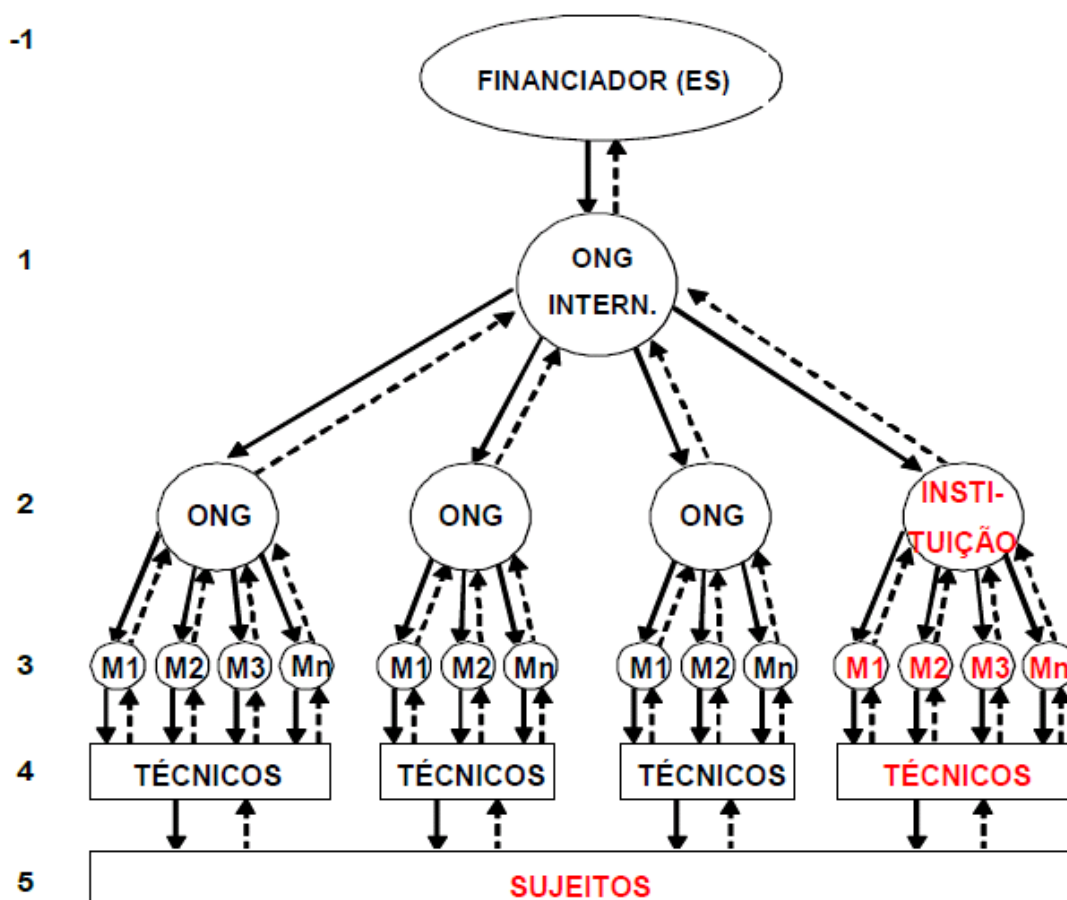
[...] o nível I representa o Estado; o nível II, uma divisão imediatamente inferior (província, cantão, departamento); o nível III, uma subdivisão comunal; o nível IV, os agentes recenseadores; e nível V, a população a ser recenseada (RAFFESTIN, 1993, p. 71).

No caso do recenseamento, Raffestin (1993) busca apontar os fluxos de comunicação entre os diferentes níveis, sendo as ‘ordens’ emitidas do nível I em direção ao V, perpassando cada um dos níveis, e as ‘respostas’ caminhando no sentido inverso, do nível V em direção ao nível I.

O autor esclarece que, apesar dos traçados claros para o caminho das mensagens, o sistema pode ser afetado por falhas, as quais podem tanto ser de ordem técnica, portanto involuntárias, ou política quando os sujeitos sociais que representam os níveis podem, voluntariamente, burlá-lo como forma de sua resistência.

No entanto, ao proceder à analogia com a INSTITUIÇÃO, o nível (-1) foi acrescido ao gráfico, conforme **Figura 2**, sendo que a justificativa para tal gesto será exposta à medida que ocorrerem as comparações a cada nível.

Figura 2 – Representação hierárquica das relações dentro do Projeto Corredor



Fonte: Adaptado de Raffestin (1993, p. 72).

Legenda: Onde 'M' representa cada um dos municípios dos “Corredores de Biodiversidade” de âmbito regional que constituem o Corredor de Biodiversidade Cerrado-Pantanal; ‘Técnicos’ representam as pessoas físicas que atuam nas organizações governamentais locais; e ‘sujeitos’ representam a população residente nos municípios.

Dessa forma, tem-se que, para a presente situação, o nível 1 representa a ONG internacional como detentora inicial da proposta dos Corredores de Biodiversidade; o nível 2 significam as ONGs Executoras de cada Corredor³, sendo uma delas a INSTITUIÇÃO estudada (em vermelho); o nível 3 representa no gráfico o Poder Público, que faz o papel de parceiro local em cada um dos Município; no nível 4 estão os técnicos das instituições mencionadas anteriormente, que fazem a linha de frente durante a execução do Projeto; e, finalmente, o nível 5 é a imagem

³ Considerando que o Corredor Cerrado – Pantanal é composto por vários sub corredores e, cada um deles, executado por uma ONG de âmbito local/regional.

dos sujeitos sociais de cada localidade. Tal qual no gráfico proposto por Raffestin (1993), as linhas cheias de cima para baixo representam as ‘ordens’ ou intenções da INSTITUIÇÃO, e as linhas pontilhadas, de baixo para cima, as ‘respostas’ oferecidas por cada um dos níveis àquele imediatamente superior.

Isto posto, tem-se que, caso os ruídos de comunicação, aos quais estão sujeitas todas as relações, não forem significativos a ponto de comprometer o processo, a ONG internacional, enquanto centralizadora da proposta terá acesso à todas as informações necessárias ao exercício de seu poder no território de um Corredor de Biodiversidade por ela administrado. Todavia considerando os interesses nem sempre convergentes das demais instâncias envolvidas, seria ingenuidade afirmar que o conteúdo das informações que retornam ao nível 1 não tenha sido objeto de quaisquer deturpações ao longo do caminho, especialmente porque é neste processo que os sujeitos conseguem manifestar sua resistência ao poder vigente:

Oposição, resistência e revolta são os termos que ressaltam as etapas da retomada de um poder do qual frequentemente a população é desapropriada pelas organizações. Em termos gráficos, a resistência se expressa por arborescências, ou seja, por gráficos sem circuito. Há a descida das mensagens, mas nenhuma volta para a raiz do gráfico, nenhuma resposta de espécie alguma. A revolta é uma ruptura da comunicação, uma recusa da troca, uma contestação da relação (RAFFESTIN, 1993, p. 80).

Assim, ainda que os níveis 2, 3 e 4 efetuem com presteza suas funções (o que também pode não ocorrer, como sinal de represália a algum descontentamento ou desacordo), a informação que chega de volta ao nível 1 pode ser “uma boa informação, uma informação medíocre, uma informação imaginária ou nenhuma informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 74) e, considerando que tais informações demandam um custo e uma energia específica, em muitos casos paga-se muito alto por algo que não agrega qualquer valor.

Faz-se necessário ainda comentar sobre o acréscimo do nível (-1) na adaptação feita ao gráfico de Raffestin (1993). Ocorre que, se o recenseamento é

fonte de poder por constituir-se um saber, e com isso proporciona um melhor controle da população por parte do Estado, há de se considerar que, na atual conjuntura da sociedade contemporânea, e com os movimentos dela advindos, a exemplo da globalização, há outro ator desempenhando poder neste gráfico, que é o 'interesse internacional', já que, no cenário atual, a produção do espaço geográfico de determinada localidade considera os interesse internacionais sobre ele, muitas vezes priorizando-o em detrimento dos interesses locais.

Portanto, se esse nível não pode ser omitido quando se trata de uma sociedade que está exposta a tais influências, da mesma forma, no caso do Corredor de Biodiversidade, não há como desconsiderar nesta escala de comunicações, os interesses dos financiadores estrangeiros ao projeto. Assim, acima da ONG internacional, há de se corresponder minimamente às intenções de tais instituições sobre as reservas de biodiversidade brasileiras, expressas pelas relações aqui expostas, que tanto podem ser sinceras como escusas.

Cabe ressaltar ainda que, para os propósitos desta pesquisa, a opção pelo (-1) (menos um) e não pelo (0) (zero), que na escala matemática seria o próximo algarismo a ser utilizado, se deve ao fato de entender como (0) um nível 'imparcial', já que ele zero 'não tem valor', o que certamente não é o caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se, portanto, que mesmo as relevantes contribuições das ONGs na conservação ambiental, em especial no hemisfério sul, não ocorrem desvinculadas de intenções e ideologias, as quais, ainda que possam ser inferidas a partir de pesquisa e levantamentos de dados, tal qual intenta ser a presente contribuição, têm a difícil missão de serem afirmadas com precisão, uma vez que seu acesso é restrito a uma estruturação de cúpula, e nem sempre fica claro nos locais onde os projetos são desenvolvidos.

Do ponto de vista do território, a disputa de poder com as instâncias locais e o controle dos dados angariados nos estudos e saídas de campo configuram, conforme preconizado por Raffestin (1993, p. 67), grande "trunfo", e colocam tais

organizações em posição de destaque e condições de barganha dentro da esfera internacional do controle da biodiversidade.

REFERÊNCIAS

CASTRO, I. E. O poder e o poder político como problemas. In: CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAVALCANTI, R. B. Estratégias de conservação em nível regional: priorização de áreas e corredores de biodiversidade. In: ROCHA, C. F. D. *et al.* (org.) **Biologia da conservação: essências**. São Carlos, SP: RiMa, 2006, p. 343-356.

CLAVAL, P. **O território na transição da pós-modernidade**. Geographia. ANO I - Nº 2 - JUL-DEZ 1999- Publicação on-line em dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_02/paul%20claval.pdf>. Acesso em: dez/2008.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: EDUSP, 1992

FERREIRA, T. M. **A geoeconomia como determinante nas relações internacionais da nova ordem mundial**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 763, 6 ago. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7109>>. Acesso em: 22 set. 2011.

GARZONI, E. C., PELLIN, A. **A Educação Ambiental no processo de implementação do Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena (Mato Grosso do Sul, Brasil) como ferramenta para mobilização social**. Anais do II Congreso Latinoamericano de Parques Nacionales y otras Áreas Protegidas. Bariloche, Argentina, 2007. Disponível em: <<http://www.congresolatinoparques2007.org/envio.htm>>.

GONÇALES, J. **Terceiro setor redes e espaço geográfico**. Discussão aberta submetida em Dom, 2006-08-06 12:31. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/?q=node/79>>. Acesso em: 28 jan. 2007.

GONÇALVES, C. W. P. **Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. Anais da II Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales – CLACSO. Universidad de Guadalajara, México, 2001.

Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/cecena/porto.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2007.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SCHERER-WAREN, I. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, E. J. *et al.*(org.) **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, p. 161-180.

SEIXAS, G. H. F. (org.) **Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena**: Características e Oportunidades. Relatório Técnico Final (não publicado). Campo Grande, 2005.

TABARELLI, M., PINTO, L. P., SILVA, J. M. C., HIROTA, M. M., BEDE, L. C. **Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira**. Revista Megadiversidade, Volume 1, Nº 1, Julho 2005. Disponível em: <<http://www.corredores.org.br/?pageld=texto&path=%2Fcontent%2FCorredores%2FNordeste%2FPublica%E7%F5es%2FArtigos>>. Acesso em: 27 mai. 2007.